

**TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 255**

**A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA EM  
BELO HORIZONTE – UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

**Cândido Guerra Ferreira  
Jonas de Oliveira Bertucci**

**Março de 2005**

Ficha catalográfica

331.5(815.1)	Ferreira, Cândido Guerra.
F383e	A economia popular solidária em Belo Horizonte:
2005	um estudo exploratório / por Cândido Guerra Ferreira; Jonas de Oliveira Bertucci - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
	19p. (Texto para discussão ; 255)
	1. Economia popular – Belo Horizonte. 2. Capitalismo. 3. Mercado de trabalho – Belo Horizonte. I. Bertucci, Jonas de Oliveira II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título. IV. Série.
	CDU

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA EM  
BELO HORIZONTE – UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

**Cândido Guerra Ferreira**

Professor e pesquisador do Departamento de Economia  
e do CEDEPLAR/UFMG.

**Jonas de Oliveira Bertucci**

Mestrando do curso de Economia pelo CEDEPLAR/UFMG e  
Bolsista CAPES.

**CEDEPLAR/FACE/UFMG**

**BELO HORIZONTE**

**2005**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
1. A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	6
1.1. A Crise do Capitalismo e as Mudanças na Estrutura do Emprego.....	6
1.2. Algumas Considerações sobre a Realidade do País e de Belo Horizonte.....	9
1.3. A Economia Popular e a Economia Solidária .....	11
1.4. A SENAES e o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil .....	14
2. A EPS EM BH - UM LEVANTAMENTO INICIAL .....	15
2.1. Fontes de Informação.....	15
2.2. Balanço Provisório (quantidade de empregos gerados) .....	17
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	19

## **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo iniciar um estudo exploratório das experiências alternativas que se desenvolvem em Belo Horizonte incluídas no contexto da Economia Popular Solidária. Primeiramente, se discute a atual crise do capitalismo e as recentes mudanças na estrutura do emprego, mostrando-se como essas condições impulsionam o surgimento de experiências alternativas e elucidam a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento e inclusão social. Em seguida, são apresentados alguns programas de apoio e fomento à Economia Popular Solidária nessa capital (levantados junto a órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a entidades de apoio a este tipo de empreendimento). Na conclusão são apresentadas propostas e sugestões para políticas de apoio e fomento à Economia Popular Solidária.

*Palavras-Chave:* Capitalismo; Economia Solidária; Economia Popular; Belo Horizonte.

*Classificação JEL:* O21

## **ABSTRACT**

The aim of the present article is to initiate an explanatory study on the alternative experiences that are developed in Belo Horizonte within the Solidarity Economics context. First, the current crisis of capitalism and the recent changes on the structure of work are discussed, revealing how these conditions stimulate the sprouting of alternative experiences and elucidate the necessity of a new model of development and social inclusion. After that, support programs to this kind of enterprise (developed by the agencies of the Municipal City hall of Belo Horizonte and local organizations) are presented. In the conclusion, proposals and suggestions of politics for empowering the solidarity economics are presented.

*Key-Words:* Capitalism; Solidarity Economics; Popular Economics; Belo Horizonte.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, se configurou o quadro de uma nova crise na sociedade capitalista, marcada pela deterioração da antiga estrutura de organização do trabalho e por uma degradação da “sociedade salarial”. Dentro desse contexto, o desemprego no mundo atinge níveis preocupantes, com um intenso aumento do trabalho precário e da informalidade. Contraditoriamente, esse processo, consequência do avanço do capital e de sua globalização, cria condições para o desenvolvimento de uma nova cultura de trabalho, fundada em princípios como solidariedade e cooperação, que surge de um movimento popular de contestação a essa situação.

O presente artigo teve por objetivo iniciar um estudo das experiências alternativas que se desenvolvem em Belo Horizonte incluídas no contexto da Economia Popular Solidária. Para tal, foi preciso buscar informações a respeito dos empreendimentos de economia solidária (cooperativas, associações, grupos familiares, etc.) que têm se articulado nessa perspectiva de organização econômica. Foi feito assim, um levantamento preliminar<sup>1</sup> com base nos grupos que atualmente têm tido algum apoio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), assim como das entidades não governamentais que desenvolvem projetos de Economia Popular Solidária.

O trabalho está dividido em três partes além desta introdução. Primeiramente, se discute a atual crise do capitalismo e as recentes mudanças na estrutura do emprego, mostrando-se como essas condições impulsionam o surgimento de experiências alternativas e elucidam a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento e inclusão social. Em seguida, são apresentados alguns programas de apoio e fomento à Economia Popular Solidária levantados junto a órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e de entidades que desenvolvem trabalho de apoio a este tipo de empreendimento nessa capital. Na conclusão são apresentadas propostas e sugestões para políticas de apoio e fomento à Economia Popular Solidária.

## 1. A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 1.1. A Crise do Capitalismo e as Mudanças na Estrutura do Emprego

O novo regime de acumulação capitalista no âmbito mundial está marcado pelo processo de globalização e financeirização do capital e pelas mudanças na estrutura do emprego e nas relações de trabalho. O crescimento das atividades de serviços de alto nível e turismo internacional, paralelamente ao declínio do emprego manufatureiro e ao aumento descontrolado das atividades informais, somados ao crescimento demográfico e econômico desigual, promove nas grandes cidades em todo o mundo o surgimento de áreas vizinhas completamente contraditórias. *“Cidades cujo esplendor obscurece a pobreza na qual sua riqueza é baseada”* (FRIEDMANN e WOLF, 1988, p.70).

---

<sup>1</sup> Como será visto mais à frente, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho, está desenvolvendo este ano um projeto para o mapeamento da Economia Solidária no Brasil. O presente trabalho terá, portanto, continuidade e será articulado com o Fórum Mineiro de Economia Solidária, que deve desenvolver este mapeamento na RMBH durante o ano de 2004.

No que se refere às transformações que se verificaram nas relações de trabalho e emprego, estudos históricos a respeito do desenvolvimento do capitalismo nos países do centro do sistema mostraram que, no contexto da chamada “sociedade salarial”<sup>2</sup>, o trabalho - na sua configuração moderna de trabalho assalariado - ocupava uma posição dominante no que concerne à inserção dos indivíduos na sociedade, ou seja, o trabalho desempenhava um papel estruturante no que se refere à determinação da sociabilidade dos indivíduos. A atividade de trabalho constituía-se, portanto, no centro de gravidade da sociabilidade humana. Isto porque o trabalho assalariado era a matriz de uma condição social estável, na medida em que ele dava acesso a - e a ele estavam associadas - certas garantias e direitos que protegiam a população trabalhadora contra os principais riscos sociais, como a doença, a velhice e o desemprego (CASTEL, 1998)<sup>3</sup>.

Como se sabe, esta condição social estável vinculava-se, no contexto do “regime de acumulação fordista” que marcou os trinta “gloriosos” anos da “Era de Ouro” do capitalismo, à chamada “norma salarial fordista”; isto é, ao compromisso vigente então no que se refere à repartição do valor agregado entre capital e trabalho, que permitia a transferência de uma parte dos ganhos de produtividade aos salários. Portanto, essa condição social estável estava associada à norma salarial fordista, que viabilizou efetivamente a progressão do poder aquisitivo do salário e estava ligada também à existência do “Welfare State”, ao Estado do Bem Estar Social, que pode ser considerado como a mais avançada conquista do capitalismo civilizado.

Os dois pilares da condição salarial “fordista” eram, de um lado, uma determinada configuração da relação entre capital e trabalho que permitia uma progressão do salário real. Vale ressaltar que esta progressão não ocorria em detrimento do lucro, pelo contrário, o crescimento sustentado da produtividade permitia o crescimento da remuneração do trabalho assalariado e, simultaneamente, o aumento (ou manutenção em patamares relativamente elevados) da rentabilidade do capital. Por outro lado, tínhamos todos os direitos e as garantias assegurados aos trabalhadores pelo Estado do Bem Estar Social, que asseguravam um nível mínimo de consumo mesmo em situação de ruptura do vínculo de emprego. Portanto, essa condição social estável constituía, do ponto de vista das relações de trabalho e emprego, o núcleo central do compromisso social entre capital e trabalho que dava sustentação ao crescimento econômico dos países desenvolvidos durante a época do fordismo, e que vai entrar em processo de crise no início dos anos 70.

É importante destacar que esse compromisso social e essa condição social estável, à qual tinha acesso grande parte dos trabalhadores (e, em especial, o núcleo politicamente mais relevante desta classe), estabeleciam um certo equilíbrio, uma certa harmonia entre o “econômico” e o “social”, através, notadamente, de uma “domesticação”, ou seja, de um controle efetivo das forças do mercado. A compatibilização entre a esfera econômica e a esfera social, que no caso do capitalismo é, como sabemos, sempre e necessariamente precária, encontrou neste momento da história destes países uma “harmonização precária” principalmente em função do compromisso social que se estabeleceu entre capital e trabalho. *“É o núcleo do “compromisso social” que chegou ao auge no início dos anos*

---

<sup>2</sup> O que corresponderia, em linhas gerais, ao **fordismo**, de acordo com a concepção da Teoria francesa da Regulação. Ou seja, a fase do capitalismo que, nos países desenvolvidos, vai, grosso modo, do final da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970.

<sup>3</sup> Ler também, do mesmo autor, o importante livro: Les Métamorphoses de la Question Sociale: une chronique du salariat, Fayard, Paris, 1995 (edição brasileira: As Metamorfoses da Questão Social, Vozes, 1998).

*setenta: um certo equilíbrio - contraditório e frágil, é verdade - entre o econômico e o social, isto é entre o respeito das condições necessárias para se produzir riquezas e a exigência de se proteger aqueles que as produzem”*. (CASTEL, 1998, p.50).

A partir do final dos anos 1960 e começo dos anos 70 teve início um longo processo de crise do sistema econômico mundial, com o esgotamento do regime de acumulação fordista. As condições de funcionamento do sistema capitalista durante o período fordista vão sofrer um processo de deterioração e de mutação. Verificou-se, em particular, desde então, um movimento de degradação da condição social estável que vigorava para a grande massa dos trabalhadores dos países industrializados e de deterioração da harmonia precária que existia entre a esfera econômica e a esfera social, chegando ao ponto de se configurar uma situação de conflito agudo entre estas duas esferas. Segundo R. Castel a crise levou a uma desagregação da “sociedade salarial”. Com efeito, registrou-se durante as últimas décadas uma vigorosa ofensiva contra os direitos e a proteção social dos trabalhadores assalariados ligados à relação salarial fordista. Aquela condição estável, os direitos e a proteção social aos quais tinham acesso a maioria dos trabalhadores dos países desenvolvidos passaram a ser considerados, notadamente pela retórica e pelas práticas neoliberais que se tornaram dominantes nos últimos anos, como contrários aos imperativos da competitividade e consequentemente da rentabilidade econômica. Passa a haver um conflito aberto entre o “econômico” e o “social”. Com base no diagnóstico neoliberal de que os direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores durante a época fordista teriam passado a representar um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, verificou-se um ataque sistemático a estes direitos e a essa proteção social na maior parte, senão em todos os países desenvolvidos.

Os resultados mais evidentes deste processo de lenta deterioração da condição salarial, e, portanto, da “sociedade salarial” – em um ambiente macroeconômico marcado pela hegemonia das políticas de corte neoliberal –, são, como é notório, o desemprego de massa e a precarização das relações de trabalho e emprego.

Com o decorrer do tempo, na medida em que se atinge o final dos anos 80 e o início desta década de 90, essa situação foi se agravando em decorrência de dois processos profundamente entrelaçados. Esse agravamento é provocado, por um lado, pelo vigoroso avanço da globalização da economia. De que modo então o avanço da globalização das transações e atividades econômicas de um modo em geral, e principalmente das atividades financeiras (a chamada “globalização financeira” que marca uma hegemonia crescente do capital financeiro internacional, subjugando ou mesmo esmagando o capital produtivo), vai afetar a situação dos trabalhadores?

Este movimento vai provocar, de forma generalizada, uma fragilização dos sistemas existentes de proteção social do trabalho e dos trabalhadores, que foram construídos no âmbito dos Estados nacionais e garantidos pelos mesmos. Estes sistemas haviam sido construídos internamente e eram sustentados pelo Estado, cuja posição foi fragilizada pela globalização - e especialmente pela globalização financeira -, que reduziu drasticamente a sua capacidade de regulação da economia. Portanto, concomitantemente à fragilização dos Estados nacionais verifica-se uma lenta degradação dos sistemas de proteção ao trabalhador.



Por outro lado, o outro grande fator de agravamento deste processo têm sido as mudanças tecnológicas e organizacionais difundidas no quadro dos processos de reestruturação produtiva que constituem um traço marcante da evolução recente do capitalismo. Os processos contemporâneos de reestruturação produtiva, dadas as suas características, irão desestabilizar a própria estrutura da relação salarial através dos movimentos de “flexibilização” do mercado de trabalho e do trabalho em geral. Neste contexto, verifica-se a disseminação de políticas e práticas que irão jogar cada vez mais sobre os ombros dos trabalhadores a insegurança e a incerteza que marcam, de um modo particularmente agudo, o atual momento do capitalismo.

Um dos resultados mais importantes desse longo processo de deterioração da “sociedade salarial” é que a figura emblemática do trabalhador no fordismo, o trabalhador típico do regime fordista - isto é, o trabalhador estável, com estatuto definido, contratado geralmente por tempo indeterminado, etc -, esse personagem crucial do fordismo, em torno do qual se tecerem os principais compromissos político-sociais que davam sustentação ao regime de acumulação fordista, vai perdendo progressivamente a sua importância e vai sendo substituído crescentemente por um outro tipo de trabalhador. Ele está sendo deslocado pelo trabalhador visto agora como mero prestador de serviços, um trabalhador sem estabilidade e outros tipos de proteção social, ou até mesmo sem vínculo empregatício claramente estabelecido. Ou seja, o que poderíamos chamar, para simplificar, de “trabalhador precarizado”, em oposição ao “trabalhador fordista”. Portanto, no contexto dos sistemas de trabalho e emprego dos países industrializados, aquela figura outrora dominante do trabalhador fordista passa a ser progressivamente substituída pelo “trabalhador precarizado”<sup>4</sup>.

Em suma, examinando-se os resultados do processo de reestruturação produtiva a nível mundial – que transcorreu no contexto das mudanças engendradas pela crise do fordismo e pelas tentativas de superação desta crise –, constata-se uma profunda transformação das relações de trabalho e emprego; observa-se a emergência de uma nova configuração da relação salarial. Trata-se, portanto, de uma nova configuração da relação capital-trabalho que aparece como resultado deste processo.

## **1.2. Algumas Considerações sobre a Realidade do País e de Belo Horizonte**

Em relação ao caso brasileiro, pode-se dizer, em termos gerais, que estas transformações atingem o país de uma forma particular, em função das especificidades da economia e da sociedade brasileiras. De certo modo, pode-se afirmar que os impactos dos processos de abertura da economia para o exterior (no quadro da “globalização”) e de reestruturação produtiva sobre as relações de trabalho e emprego são no Brasil ainda mais negativos, mais perversos em termos sociais do que no caso dos países desenvolvidos.

As razões que explicam a maior perversidade desse processo no Brasil são, até certo ponto, conhecidas. Neste sentido, deve-se registrar que o desenvolvimento do fordismo como regime de acumulação e modo de regulação foi bastante limitado e contraditório no país. Nós tivemos (ou ainda

---

<sup>4</sup> Esta situação lembra, aliás, em vários aspectos, aquela que prevalecia nestes países antes do surgimento e da consolidação do fordismo, ou seja, no quadro do que os autores da chamada “teoria da regulação” denominam de “relação salarial concorrencial”.

temos?) aqui uma forma “bastarda” de fordismo, denominado por alguns autores de “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1988), que contrasta fortemente com o “fordismo central”, especialmente devido ao caráter socialmente excludente do capitalismo brasileiro (FERREIRA, 1997). No que concerne, em particular, às relações de trabalho e emprego, os direitos e a proteção social associados à condição do trabalho assalariado nos países centrais só vigoraram e vigoram de forma parcial e precária em nosso país. Além do mais, alguns desses direitos só foram conquistados recentemente – já durante o processo de crise do fordismo no âmbito mundial –, estando, portanto, tenuemente enraizados em nossa realidade e fortemente dependentes da atual situação econômica e, sobretudo, política do país.

As grandes metrópoles brasileiras enfrentam, em maior ou menor escala, os problemas decorrentes das mudanças que se verificaram na economia mundial e de seus impactos sobre a realidade brasileira. A reversão desta situação pode se dar na medida em que os conflitos que se intensificaram no período mais recente (incluindo o abastecimento de água, energia, coleta de lixo e aumento da violência) forem percebidos e reconhecidos como produtos - residuais - desse processo, quando as verdadeiras forças de ação no meio urbano se revelarem. Isso só poderá ocorrer efetivamente se houver uma conscientização a respeito da dinâmica do sistema de produção no qual está baseada toda a economia mundial, onde a finalidade e o sentido de toda a atividade econômica não é a reprodução harmoniosa da sociedade, mas sim a acumulação de capital.

No âmbito da região de Belo Horizonte, o desemprego e o trabalho precário cresceram de forma sistemática e preocupante nos últimos anos, o que confirma claramente o quadro colocado pela crise decorrente do colapso do regime de acumulação fordista a nível mundial. Para caracterizar essa situação podemos observar os dados<sup>5</sup> da tabela 1 a respeito do município e da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

**TABELA 1**  
**Desemprego e Trabalho Precário no Município e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (1996-2003)**

	Município			RM		
	1996	2003	Variação % 2003/1996	1996	2003	Variação % 2003/1996
<b>ESTIMATIVAS (em 1.000 pessoas)</b>						
População Economicamente Ativa (PEA)	1.021	1.190	12,5	1.764	2.285	29,5
Desempregados - total	119	212	78,1	224	457	104,0
Desemprego oculto por trabalho precário	30	49	63,3	58	107	84,5
<b>TAXAS (%)</b>						
Taxa de Desemprego Total (Desempregados/PEA)	11,7	17,8	52,1	12,7	20,0	57,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED-RMBH (Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/Sine MG) Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG

<sup>5</sup> Extraídos do módulo 9 da pesquisa BH no Século XXI, (CEDEPLAR, 2004), com base nos resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED para o município de Belo Horizonte e respectiva Região Metropolitana no período de 1996 a 2003.

Entre 1996 e 2003 a RMBH apresentou um aumento de 104% em sua massa de trabalhadores desempregados, passando de uma situação de 224 mil desempregados em 1996 para 457 mil desempregados em 2003. No mesmo período, o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) foi de apenas 29,5%, o que configura um aumento da taxa de desemprego de 12% para 20% da PEA. Da mesma forma se comportou o trabalho precário, que cresce 84,5% nesse período, sendo que o número de trabalhadores nessa situação passa de 58 mil no primeiro ano para 107 mil no último.

No que concerne ao município de Belo Horizonte isoladamente temos: um crescimento de 78,1% da massa de desempregados (de 119 mil desempregados em 1996 para 212 mil em 2003); um crescimento da PEA pouco expressivo, de 12,5%, com um aumento da taxa de desemprego de 11,6% para 17,8% da PEA; e um crescimento do trabalho precário de 63,3%, passando de 30 mil para 49 mil trabalhadores nessa situação. Esse quadro é aparentemente menos dramático no município, porém, em termos absolutos, o mesmo é responsável em 2003 por cerca da metade do desemprego total e do desemprego oculto por trabalho precário da Região Metropolitana de BH.

Este processo de crescimento do desemprego e de precarização das relações de trabalho gera, portanto, uma massa de trabalhadores despreparada, desprotegida pelo Estado e excluída do mercado de trabalho tradicional, tendo que desenvolver alternativas diversas para sobreviver. Alguns encontram o crime como resposta, outros disputam pelas formas mais bárbaras de competição os restos deixados pelo mercado, enquanto alguns escolhem se unir pela solidariedade<sup>6</sup>. Enquanto os reformistas conservadores buscam medidas paliativas que não atingem o fundo da questão (como o aumento dos recursos policiais para a redução da criminalidade), alguns autores acreditam que as respostas para uma solução estrutural encontram-se no próprio seio da sociedade – no apoio a pequenos e médios empreendimentos (familiares) que se baseiam em relações de produção e trabalho fundadas na solidariedade.

### **1.3. A Economia Popular e a Economia Solidária**

Essas alternativas emergentes de organização da produção ganham crescente importância frente à crise do emprego e à formação de um exército pós-industrial de reserva, como aponta SINGER (2002b), na forma de movimentos de organização social com uma característica comum: suas ações partem de uma perspectiva emancipatória dentro da própria população excluída e se articulam entre diversas camadas da sociedade, tendo apoio de organizações não governamentais e de governos comprometidos com as causas populares. Necessariamente, esses empreendimentos se fundamentam, seja por um planejamento consciente ou não, em atividades não-capitalistas<sup>7</sup> de produção e reprodução.

Segundo CORAGGIO (1994), a reprodução da força de trabalho tem sido caracterizada como condição necessária para viabilizar a acumulação capitalista e não como finalidade principal do sistema econômico. Nessa visão, o equilíbrio do mercado traria o bem estar social, considerado como

---

<sup>6</sup> Não cabe neste texto discutir as influências e motivações psicológicas e antropológicas para a escolha individual pela violência ou pela solidariedade, mas apenas verificar que elas surgem com a exclusão.

<sup>7</sup> Isto é, atividades nas quais a relação capital-trabalho não se encontra plena e claramente configurada.

um subproduto e um resultado natural da acumulação capitalista. Essa perspectiva, que mercantiliza todas as relações sociais, é hoje claramente refutada na prática pela exclusão massiva de trabalhadores e pela geração de velhas formas de subordinação do trabalho ao capital. Não se trata de uma situação nova, gerada pela relativamente recente abertura econômica mundial, mas toda a história do capitalismo é acompanhada pela exclusão social. Apesar disso, a ‘acumulação de capital’ é apresentada pela teoria dominante como motivação central que deve reger as atividades econômicas.

Ora, “*En la sociedad moderna, una contraposición efectiva al motor histórico de la acumulación infinita parece posible sólo si se plantea, teórica y prácticamente, un sentido alternativo capaz de encarnarse de manera masiva en mentes y recursos*” (CORRAGGIO, 1994, p. 53). Esse sentido alternativo é a reprodução ampliada da vida humana. O termo que surge nos trabalhos de José Luiz Coraggio – a *Reprodução Ampliada da Vida*<sup>8</sup> – reflete a lógica primária que diferencia as atividades aqui estudadas das atividades capitalistas. A proposta de Coraggio não é apenas de que a satisfação das necessidades básicas de todos seja colocada como sentido sistêmico, mas a melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida. Isso não nega a necessidade da “acumulação”, mas a mantém subordinada à reprodução da vida, estabelecendo outro tipo de unidade entre produção e reprodução.

O termo “acumulação” é utilizado aqui, evidentemente, não no sentido de acumulação de capital, mas sim significando ampliação da capacidade de geração de riquezas pelo sistema econômico. Aliás, Karl Marx em *O Capital* já assinalava a possibilidade de “reprodução ampliada” (crescimento) sem acumulação capitalista:

“Nas mais diversas formações econômicas encontra-se não só a reprodução simples, mas também a reprodução ampliada. Produz-se mais e consome-se mais progressivamente, e quantidade maior da produção se converte em meios de produção. Contudo, esse processo não se apresenta como acumulação de capital nem tampouco como função do capitalista, enquanto os meios de produção do trabalhador e, em consequência, seu produto e seus meios de subsistência não assumem perante ele a forma de capital”. (MARX, Cap. XXII, 1980, p. 695)

Nos últimos anos, inicia-se um debate teórico importante para a definição e classificação dessas novas propostas. No Brasil, entre diversos termos utilizados, destaca-se, principalmente com os trabalhos de Paul Singer, entre outros autores, a *Economia Solidária*.

Formada por diversas unidades que desenvolvem atividades econômicas e criam redes em expansão<sup>9</sup>, a Economia Solidária é constituída, segundo Singer, por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição. Sua unidade básica são cooperativas de produção, consumo, comercialização, crédito, etc., onde não há separação entre capital e trabalho. Os empreendimentos da Economia Solidária se diferenciam, desse modo, na sua forma organizacional. Seguindo os princípios de autogestão e de cooperação, o

---

<sup>8</sup> O conceito da *Reprodução Ampliada da Vida* é cada vez mais difundido e discutido entre os trabalhadores e dentro das ONG's, governos populares e instituições sociais de diversos tipos que apóiam de alguma forma a Economia Popular e a Economia Solidária.

<sup>9</sup> Devido ao seu crescimento recente, informações mais completas a respeito da Economia Solidária no Brasil ainda estão sendo trabalhadas, reunidas e centralizadas.

‘capital’ da empresa, em especial os meios de produção, são propriedade dos próprios trabalhadores, que gerenciam e administram o empreendimento com democracia e igualdade de direitos na tomada de decisões.

Já Coraggio, desenvolve a idéia do fortalecimento de um outro subsistema, que denomina *Economia Popular*. Regida pela lógica da *reprodução ampliada da vida* e partindo das Unidades Domésticas (UD’s), esse subsistema poderia se articular e ganhar espaço, em meio aos outros dois subsistemas da organização econômica atual: a *Economia Empresarial Capitalista* e a *Economia Pública*. Nessa linha, a *Economia Popular* não seria definida simplesmente como ‘as atividades das classes mais pobres’, mas se caracterizaria pela formação de um *Fundo de Trabalho* voltado para a ampliação das capacidades (“Capital Humano”) e da qualidade de vida dos membros das UD’s.

Existe no Brasil ainda um termo que deve ser abordado: a *Economia Popular Solidária* (EPS), que se desenvolve em uma perspectiva de trabalho solidário protagonizada pelas classes populares, quando grupos se formam de baixo para cima para propor alternativas coletivas para a sobrevivência. De início, esses trabalhos baseavam-se em projetos de ONG’s de apoio às camadas excluídas, que passaram a adotar a visão libertadora e emancipatória. Esses projetos evoluem e se ampliam na medida em que seus atores aprendem e desenvolvem novas relações de trabalho na prática diária e na reflexão pessoal e coletiva tanto no meio urbano quanto rural. Um exemplo disso é a evolução do trabalho da Cáritas Brasileira, que pode ser percebida no gradual desenvolvimento dos PAC’s (Projetos Alternativos Comunitários) à EPS<sup>10</sup>. Para BERTUCCI e ALVES (2003), a EPS representa a busca por um “*outro projeto de sociedade, que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente*”. Nos últimos anos, muitos estudos acadêmicos, preocupados em manter uma relação direta com a prática têm sido elaborados.

Outros termos são largamente utilizados como *Sócioeconomia Solidária*, *Economia de Comunhão*, *Economia Social*, etc<sup>11</sup>. Porém, a presente abordagem será demarcada pelas duas linhas mais consistentes teoricamente – A Economia Popular, de Coraggio e A Economia Solidária, de Singer.

É importante verificar, que essas duas propostas, apesar de se apoiarem em princípios comuns, possuem algumas divergências. A *Economia Popular* diferencia-se da *Economia Solidária*, principalmente na sua forma de inserção no contexto do sistema capitalista. Enquanto a primeira se propõe a formar um subsistema (embora em algum momento possa ter um peso tão importante quanto o subsistema da economia capitalista), a segunda defende uma forma de organização não intersticial ao capitalismo, muitas vezes colocada como uma alternativa (utópica?) de possível superação desse sistema<sup>12</sup> no longo prazo.

---

<sup>10</sup> Para um estudo e relato sobre os PAC’s e a EPS da Cáritas Brasileira, ver BERTUCCI e ALVES, 2003.

<sup>11</sup> Para uma discussão sobre os diferentes termos e sobre a questão conceitual, ver LISBOA, 2004.

<sup>12</sup> Embora se tenha uma visão de uma reorganização estrutural da sociedade (por outros meios que não a revolução radical), a proposta ainda é uma semente sendo regada. De qualquer modo, possibilita se pensar novas formas macroeconômicas de planejamento a partir da mobilização e do aprendizado social.

#### 1.4. A SENAES e o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil

No mundo inteiro, tanto em países desenvolvidos como subdesenvolvidos, novas formas de organização das atividades econômicas emergem com essas características. Sejam as cooperativas de crédito, como o Banco do Povo de M. Yunus, os clubes de troca iniciados no Canadá com o *Lets* (Sistemas Locais de Trocas e Comércio) e multiplicados na Argentina, o cooperativismo Irlandês, o complexo cooperativo de Mondragón na Espanha e em outras regiões da Europa, a *economia social* na França, o comércio justo ou as cooperativas agrícolas do MST no Brasil, entre diversos outros (SINGER, 2001).

No Brasil, foi criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e que tem como secretário o próprio Paul Singer<sup>13</sup>. O primeiro passo para a atuação da Secretaria no apoio efetivo aos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil é o levantamento de informações mais completas e o mapeamento tanto dos empreendimentos como das organizações de apoio, associações e ações dos governos locais. Isso se dará pela implementação, em 2004, do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SNIES.

Para por em prática o programa para o mapeamento, foi preciso que a equipe da Secretaria elaborasse referenciais técnicos e conceituais para a melhor definição dos empreendimentos e das atividades da Economia Solidária. Desse modo, foram definidos quatro pontos conceituais principais, sobre os quais deve haver constante reflexão e debate por parte dos grupos já formados e em processo de organização. Sejam eles: autogestão, cooperação, dimensão econômica e solidariedade. Os grupos que poderão ser classificados como empreendimentos de ES e inseridos Sistema de Informações devem seguir essa primeira definição conceitual, que permite uma definição mais técnica<sup>14</sup> e prática e menos política, apesar da impossibilidade de dissociação completa desses dois critérios.

O levantamento será executado em parceria com as organizações não governamentais e fóruns estaduais de ES de cada região do país. Essas organizações, que têm maior conhecimento dos empreendimentos e da sua região específica, são as mais indicadas para esse processo, pois já vêm trabalhando com os grupos populares diretamente. Porém, deve haver uma articulação completa e coordenada entre as ações locais e nacionais, assim como a capacitação de agentes das regiões, indicados pelas organizações, para a execução do mapeamento.

Em Minas Gerais, o processo de mapeamento da ES tem avançado, porém ainda encontrava-se em fase inicial quando da realização deste levantamento preliminar (março a maio de 2004). Um

---

<sup>13</sup> Essa iniciativa do governo federal foi considerada por Jean-Louis Laville (pesquisador francês, especialista no tema Economia Solidária, com vários trabalhos publicados sobre o assunto) como uma inovação importante no campo das políticas sociais: “face à pobreza massificada e diante das dificuldades para implementar de forma eficaz políticas sociais clássicas, trata-se de apostar na organização coletiva das atividades socialmente úteis. Colocando com outras palavras, trata-se de dar apoio à formalização de um setor da economia que ficou por um tempo demasiadamente longo relegado à informalidade, o que significa organizar a passagem de uma Economia Popular auto-organizada a uma Economia Solidária com direito à cidadania” (*Alternatives Économiques*, n° 220, dez./2003, p. 91).

<sup>14</sup> A definição técnica prevê a inclusão de organizações (a) coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos etc de produção, clubes de trocas.), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e rurais; (b) permanentes (não são práticas eventuais); (c) que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; (d) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito e; (e) organizações econômicas singulares (empreendimentos individualmente analisados) ou complexas (centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos). Para um maior detalhamento dos referenciais técnicos e conceituais ver SENAES (2004).

núcleo importante nesse processo é o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Constituído há cerca de oito anos, o Fórum se forma como um espaço civil para a discussão e integração de informações e ações de apoio à ES<sup>15</sup>. Junto ao Fórum Estadual, fóruns regionais são formados (é da articulação com os fóruns regionais que se dará a execução de coleta de informações para o SNIES)<sup>16</sup>. O fórum da Região Metropolitana de Belo Horizonte ainda se encontra em processo inicial de formação, mas já tem promovido algumas reuniões.

Preende-se, com o presente trabalho, realizar um levantamento inicial das atividades de ES em Belo Horizonte que possa contribuir para seu fortalecimento. Os resultados poderão ser utilizados para a consolidação e maior participação dos grupos no fórum da Região Metropolitana de Belo Horizonte e, por fim, em um âmbito mais amplo, espera-se que este levantamento possa fornecer informações úteis para a formulação de políticas públicas de apoio e fomento a esse tipo de atividade.

## **2. A EPS EM BH - UM LEVANTAMENTO INICIAL**

O processo de levantamento de informações a respeito dos grupos apoiados pelas regionais e secretarias da prefeitura de BH enfrentou uma série de dificuldades. Apesar de haver uma gerência responsável pela coordenação das políticas de Economia Solidária (GEDE – Gerência de Desenvolvimento Sócio-Econômico) a qual está vinculado o Núcleo de Apoio à Economia Solidária (NAEP), não há uma centralização de informações, nem uma base de dados sobre os grupos que exercem suas atividades no município de BH (nem mesmo sobre aqueles que recebem algum apoio da PBH).

Em face desta realidade e dado o tempo escasso e a grande quantidade de secretarias e entidades, foi feito um levantamento inicial e não exaustivo da ES na cidade de BH. Este trabalho de levantamento terá prosseguimento de forma integrada ao projeto de mapeamento da SENAES e ao Fórum Mineiro de Economia Solidária. O trabalho de levantamento de informações aqui realizado também será utilizado pela coordenação da Gerência de Desenvolvimento Sócio-Econômico da PBH.

Abaixo, colocamos os resultados encontrados em alguns órgãos da PBH. Ainda existem outros que devem ser incluídos nessa lista, pois como foi colocado anteriormente, o presente levantamento pode ser considerado como a primeira etapa do trabalho de pesquisa:

### **2.1. Fontes de Informação**

A fonte de informações privilegiada neste primeiro momento da pesquisa foi a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), que vem desenvolvendo já a algum tempo programas de apoio à

---

<sup>15</sup> Além dos próprios empreendimentos, diversas ONG's participam do Fórum, como a Cáritas Brasileira, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), o Instituto Marista de Solidariedade (IMS), a Ação Social Arquidiocesana (ASA), entre outras, além do apoio da prefeitura aos empreendimentos. Porém, é importante destacar que os atores principais que devem guiar as ações são os próprios representantes dos empreendimentos.

<sup>16</sup> Nesse sentido, os fóruns regionais de MG que tem alcançado maiores avanços são o do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce, regiões que estão entre as mais pobres do Estado.

EPS. Essas ações vêm sendo implementadas por alguns setores da prefeitura, sendo que os principais programas são coordenados pela Gerência de Desenvolvimento Econômico (GEDE) a qual está vinculado o Núcleo de Apoio à Economia Solidária (NAEP).

- **GEDE**

Essa gerência da PBH tem trabalhado predominantemente com a organização de grupos familiares. O primeiro cadastramento dos empreendimentos apoiados pela gerência foi completado recentemente e registrou a existência de **41 grupos, num total de 393 pessoas**, que desenvolvem trabalhos diversos como artesanatos, marcenaria, vestuário, decoração, etc. A maior parte dos grupos possui apoio de entidades não governamentais. A GEDE tem desenvolvido parcerias com essas entidades para a execução de projetos diversos. Diretamente, a gerência promove o apoio a feiras populares onde os grupos podem expor seus produtos. Foi inaugurado recentemente, o Centro de Apoio a Economia Popular (CAEP), que constitui um espaço físico para o apoio da economia popular.

- **GEIP**

A Gerência de Preparação para Inclusão Produtiva (GEIP) vinculada à Secretaria de Assistência Social desenvolve, entre outros programas, ações de apoio a ES, no que se refere concretamente à inserção e apoio a atividades de produção coletivas. A GEIP trabalha com a perspectiva de possibilitar que os grupos e cooperativas possuam autogestão na tomada de decisões e autonomia econômica. **São 6 os grupos de produção apoiados pela GEIP**, que desenvolvem atividades tais como marcenaria, alimentação, reciclagem, artesanato, etc.; **num total de cerca de 100 pessoas assistidas**. A GEIP trabalha há cinco anos também com a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável), projeto formado pelos trabalhadores de rua de BH há 13 anos e que merece destaque pelo seu relativo sucesso.

- **ASMARE**

A Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável (ASMARE) foi fundada em 1990 pelo movimento dos catadores de papel de Belo Horizonte, com o apoio da Pastoral de Rua, ligada à Cáritas Mineira. Ela trabalha hoje em parceria com a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana (SMLU) com projetos de coleta seletiva e reciclagem de lixo, oferecendo um serviço **que gera renda diretamente para cerca de 380 pessoas (e indiretamente para cerca de 1500<sup>17</sup>)**, desenvolve a consciência ambiental dos trabalhadores e da população e faz um trabalho de extrema utilidade para o município<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Dados obtidos no site [www.asmare.org.br](http://www.asmare.org.br).

<sup>18</sup> Para estudos mais detalhados sobre a ASMARE e o Movimento dos Trabalhadores de Rua ver: SEABRA, Rodrigo do Porto. *Reciclagem de resíduos sólidos: um estudo introdutório*. Monografia de graduação, FACE-UFMG, 2003. Ver também SCHIMIDT, Heloisa de Andrade. *A rua em movimento, a rua é movimento, a rua é o movimento. A trajetória histórico-organizativa da população de rua de belo horizonte*. Dissertação de Mestrado, PUC-MG. 2002.



- **FÓRUM MINEIRO DE EPS (FMEPS)**<sup>19</sup>

O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS)<sup>20</sup> realizou, em junho de 2003, na Praça da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a 1ª Feira Solidária e o 1º Ciclo de Debates. Esse tipo de evento, de nível Estadual, visa o fortalecimento das organizações autogestionárias que desenvolvem experiências alternativas em todas as regiões do estado. Além da exposição e comercialização dos produtos e serviços de cooperativas, associações e empreendimentos autogestionários de agroecologia, da agricultura familiar, de artesanato, do ramo metalúrgico, de confecção, etc., ocorreram debates e oficinas acerca de questões que formam o quadro atual da Economia Solidária em Minas Gerais. Segundo a lista recolhida pelo FMEPS, **apenas da RMBH participaram cerca de 70 grupos**<sup>21</sup>. Vale lembrar ainda que os produtos e os serviços de uma parte das cooperativas e grupos, como as do setor metalúrgico e outros não participam de eventos desse tipo.

## **2.2. Balanço Provisório (quantidade de empregos gerados)**

Com base no levantamento inicial realizado junto às fontes de informação contatadas nesta primeira fase da pesquisa, podemos fazer o seguinte **balanço provisório** no que se refere à quantidade de empregos diretos gerados pelos empreendimentos de Economia Popular Solidária sobre os quais se tem registro nestas fontes<sup>22</sup>:

<b>Fonte</b>	<b>Número de Empregos diretos (estimativa)</b>
• GEDE	393 (41 Grupos)
• GEIP	100 (6 Grupos)
• ASMARE	380
• FMEPS	672 (70 Grupos)

Portanto, pode-se contabilizar **cerca de 1500/1600 empregos diretos gerados** com base na quatro fontes de informação apontadas acima; Embora não seja uma magnitude significativa em relação ao desemprego total do município, este resultado indica um potencial nada desprezível – pelo menos, em termos absolutos de geração de empregos em decorrência de uma expansão desse tipo de atividade (empreendimentos de EPS), tendo em vista o tempo reduzido em que foi realizado este levantamento e, conseqüentemente, o número limitado de fontes de informação contatadas nesta primeira etapa de pesquisa.

---

<sup>19</sup> Dentre as entidades que compõem o FMEPS, podemos destacar a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), o Movimento Graal, o Instituto Marista de Solidariedade, o Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social (IBEIDS), a Ação Arquidiocesana (ASA), entre outras.

<sup>20</sup> Ver acima, p. 12.

<sup>21</sup> Como na lista de grupos que foi obtida no FMEPS não há registro do número de participantes de cada grupo, pode-se adotar a hipótese de que o número médio de empregos de cada um desses grupos é o mesmo verificado nos grupos apoiados pela GEDE que é de 9,6 participantes por grupo. Poderemos estabelecer, portanto, uma estimativa “provisória” (ou seja, na expectativa da obtenção futura dessas informações) de um montante de 672 empregos.

<sup>22</sup> Deve-se ressaltar que se trata de uma estimativa que nos fornece uma idéia aproximada e não rigorosa a respeito da magnitude do emprego gerado – esta observação é válida sobretudo, para a informação obtida junto ao FMEPS (ver nota anterior).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de evitar eventuais equívocos de interpretação, convém deixar claro nesta nota final que não se pretendeu argumentar neste texto que a EPS possa se constituir no presente numa solução geral e definitiva para o problema do desemprego no país. Parece evidente que resultados expressivos em termos de redução dos níveis elevados de desemprego verificados na atualidade só poderão ser obtidos com uma retomada vigorosa e duradoura do crescimento econômico, desde que ela seja combinada com a implementação de políticas adequadas de geração de emprego a todos os níveis (micro, meso e macroeconômico).

É necessário, no entanto, ressaltar, por um lado, que a criação de emprego e renda em virtude de uma expansão da EPS pode trazer uma contribuição considerável para uma política efetiva de combate ao desemprego. Por outro lado (e o que talvez seja mais importante em termos estratégicos), procurou-se mostrar que a EPS representa uma real alternativa - de caráter social e politicamente virtuoso - de crescimento econômico que não seja fundado na lógica da acumulação capitalista. Neste sentido, a EPS oferece, portanto, uma forma alternativa de organização das atividades econômicas com capacidade de promover geração de renda, emprego e inclusão social baseada em uma nova cultura de trabalho e produção.

Dentro desta perspectiva, considera-se da maior relevância na atual conjuntura do país a adoção de políticas públicas de apoio e fomento aos empreendimentos da EPS. No quadro de uma estratégia que tenha esta finalidade, algumas iniciativas ganham destaque por já terem adquirido um certo consenso no tocante a seus efeitos potenciais em termos dinâmicos.

Sugestões de programas de apoio e fomento à EPS:

- ações de fomento ao crédito (microcrédito) dirigidas prioritariamente aos empreendimentos EPS;
- iniciativas no sentido de promover a capacitação gerencial e organizacional dirigidas a estes empreendimentos (visando, notadamente, fortalecer a ação das gerências no sentido de criar condições efetivas para a autogestão);
- programas de qualificação de mão-de-obra (formação de “capital humano”) e de incubação e desenvolvimento tecnológico em benefício destas atividades;
- ações de apoio à comercialização dos produtos da EPS, através da formação de redes de comercialização e complexos de cooperativas;
- simplificação da burocracia das regulamentações e dos impostos para facilitar a criação de micro e pequenas empresas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTUCCI, Ademar de Andrade e ALVES, Roberto Marinho (Orgs.). “20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS”. Brasília, DF: Gráfica Terra, 2003.
- CASTEL,R., “Centralité du travail et cohésion sociale”.In: KERGOAT, J. et alii (orgs.) *Le Monde du Travail*, La Découverte, Paris, 1998. Uma síntese deste artigo apareceu em: CASTEL, R. “La fin du travail, un mythe démobilisateur”, *Le Monde Diplomatique*, setembro/1998.
- CEDEPLAR, “Relatório da Pesquisa BH no Século XXI”. Belo Horizonte, 2004.
- CORAGGIO, J. Luis. “Economia Urbana: La Perspectiva Popular”. Quito: Fronesis, 1994.
- FERREIRA, C. G., “O Fordismo, sua Crise e Algumas Considerações sobre o Caso Brasileiro”, *Nova Economia*, vol.7, nº 2, Deptº de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, 1997.
- FRIEDMANN, J. & WOLF, G. World City Formation. In: FRIEDMANN, J. *Life Space and Economic Space: Essays in Third World Planning*. Oxford: Transaction Books, 1988.
- KRAYCHETE, G. e COSTA, B. (org.) “Economia dos Setores populares: Entre a Realidade e a Utopia”. Vozes, 2000.
- LIPIETZ, A., Miragens e Milagres - problemas da industrialização no Terceiro Mundo, Nobel, S. Paulo, 1988.
- LISBOA, Armando de Melo. “Socioeconomia solidária. Marco conceitual latino-americano”. In: Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política. Uberlândia, 2004.
- MARX, K., “O Capital”, livro I, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- MONTE-MÓR, Roberto L.M. “Urbanização extensiva e economia dos setores populares”. Mimeo, s/d.
- SENAES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SNIES) – “Termo de Referência”. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, 2004.
- SINGER, P. “Introdução à Economia Solidária”. Fundação Abramo, 2002a.
- “A Economia Solidária”. Td Teoria e Debate, 47 fev/mar/abr, 2001.
- “Novo modelo econômico social”. Td Teoria e Debate, 50 fev/mar/abr, 2002b.
- “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (2002).